

ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA COM UM OLHAR PARA A ABORDAGEM DA TEMÁTICA INDÍGENA: AVANÇOS E EQUÍVOCOS

Autor (1); Ayla Vanessa Leite Dantas; Co-autor (1) Lucas Maia Fernandes Dias; Orientadora (2) Cristiane Maria Nepomuceno

Universidade Estadual da Paraíba- Campus Graduanda em Pedagogia, Bolsista do Programa de Iniciação Científica- PIBIC/CNPq/UEPB, vanessa.ayla5@gmail.com; Universidade Estadual da Paraíba- Campus I, Graduando em Pedagogia, lucaskurtcob@hotmail.com; Professora Dra. Cristiane Maria Nepomuceno DE/CEDUC/UEPB, crismarianepomuceno@hotmail.com

Resumo: Este artigo aborda a relevância de entender como o índio brasileiro vem sendo tratado nos livros didáticos de história, especialmente na coleção “Juntos Nessa” que foi trabalhado durante o estágio. Diante disso, o artigo está dividido em três partes: na primeira, exibiremos o modo como o índio foi visto pelos primeiros portugueses em sua chegada, na segunda parte vem sendo refletido nas explorações mais recentes sobre o tema no livro didático, através das representações das imagens e dos textos e por fim, o modo como o livro apresenta o tema indígena. Com isso, objetivamos designar atalhos que mostre uma maior compreensão acerca do respeito as diferenças e analisar os retrocessos e os avanços em que o livro didático vem apresentando as abordagens sobre os índios.

Palavra- Chaves: Índio, Explorações, Livro didático, Diferenças.

INTRODUÇÃO

O livro analisado pertence a coleção Juntos Nessa, os livros foram disponibilizados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Confeccionados pela Editora Leya Didáticos. O livro a ser analisado foi o de História do 5º ano, com autoria de Charles Chibba e Caroline Minorelli. As atuais pesquisas sobre livro didático nos permitem concebê-lo a partir de três perspectivas, como: Artefato cultural, política curricular e documento. O livro didático não é um instrumento neutro no processo de ensino-aprendizagem, pois o mesmo é carregado de significados e interesses que muitas vezes se encontram camuflados em meio às imagens e conteúdo. Conforme Barros:

Um livro é um objeto cultural bem conhecido no nosso tipo de sociedade. Para a sua produção, são movimentadas determinadas práticas culturais e também representações, sem contar que o próprio livro, depois de produzido, irá difundir novas representações e contribuir para a produção de novas práticas (2008, p. 80).

A autora Bittencourt (2011) salienta esta questão, mostrando que “O livro didático pode ser um instrumento de reprodução de ideologias e do saber oficial imposto por determinados setores do poder e pelo Estado” (BITTENCOURT, 2011, p.73).

A ideia que temos sobre nossa sociedade, sobre os outros povos são formadas ainda na infância. O que aprendemos na escola, ouvimos em casa, assistimos na televisão ou cinema formam nossa visão de mundo. Diante disso, são as informações erradas ou a falta delas que nos levam a formar imagens distorcidas e preconceituosas em relação a outras culturas e formas de pensar. No entanto, o que você pensa e sabe sobre os índios? Você se lembra o que aprendeu na escola? Pesquisas sobre livros didáticos mostram que apresentam uma imagem estereotipada e equivocada sobre os indígenas brasileiros e sua história. Nos livros o descobrimento do Brasil causa alguma controvérsia, mas o ponto de discussão costuma ser se o descobrimento foi ou não intencional.

Como muitos indígenas dizem: “essa terra tinha dono”. Estimativas demográficas apontam que no século XVI existiam no Brasil pelo menos entre dois a quatro milhões de indígenas pertencentes a mais de mil diferentes povos – um número impressionante e expressivo de uma diversidade étnica (Azevedo, 2000).

Diante desse contexto, temos como objetivo analisar como a imagem do indígena está sendo representada/abordada, os equívocos dos textos nos livros didáticos de história e se tem alguma mudança em relação a abordagem tradicional e mecânica dos livros do 5º ano do Ensino Fundamental da Coleção Juntos Nessa (2014).

METODOLOGIA

Para abordar a temática indígena em questão, partimos do pressuposto de que o ensino de história no ensino fundamental é possível e necessário, pois é nessa fase que as crianças tem contato com os círculos sociais e conseqüentemente, a história de sua família, seus amigos, seu bairro, é a partir das distintas realidades que a criança começa a construir o seu conhecimento histórico, por isso há uma grande curiosidade de conhecer mais assuntos a sua volta e se inteirar com o que está aprendendo e como estão aprendendo, pois é a partir das primeiras séries que diversos conceitos, valores, e o despertar do senso crítico é despertado.

O importante é destacar como a abordagem indígena é apresentada no livro didático e perceber que o mesmo é um instrumento de aporte para os professores como também de ideologias, propagando informações a um público escolar, porém essa construção desse material é realizada por um determinado grupo responsável por sua elaboração, autores, editora, e também a função do estado, além de relevante para estudar as formas de apropriação das informações contidas no livro didático, muitas

vezes reflexivas ora pragmáticas e enfadonhas por repetições, pois este é composto de diversos “espaços”, que não devem ser ignorados; suas diversas faces devem ser analisadas.

O ensino de História nas escolas a necessidade da imagem do índio no livro didático fica em contraste com a realidade vivenciada por esse povo ao longo de toda história, pois somente analisando seu conteúdo, vai percebendo seus os estereótipos construídos sobre os indígenas, de “selvagem”, “sem cultura”, “sem crença”, “anda nu”, e etc, desconstruindo isso estaremos conduzindo a educação para pensamentos sem preconceito, vendo além do imaginário povoado por mitos em relação aos povos nativos, estabelecendo assim uma maior compreensão e respeito sobre os diversos povos que habitam e habitaram este país.

Os autores iniciam o livro introduzindo o processo de colonização portuguesa no Brasil, e a primeira imagem são os índios recebendo Cabral e sua frota, o que é um grande equívoco, pois a receptividade em algo semelhante não acontece, por parte dos mesmo em relação a um povo desconhecido de sua cultura, visto que o objetivo dos portugueses era a exploração do local e das pessoas ali existentes. Como afirma na Carta de Pero Vaz de Caminha (1500) sobre a visão indígena:

“A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos, narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto.” [...] “Muitos deles ou quase a maior parte dos que andavam ali traziam aqueles bicos de osso nos beiços. E alguns, que andavam sem eles, tinham os beiços furados e nos buracos uns espelhos de pau, que pareciam espelhos de borracha; outros traziam três daqueles bicos, a saber, um no meio e os dois nos cabos” (CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA, 1500, p3).

A narrativa do livro insere elementos constitutivos do conhecimento histórico (noções de tempo informando data, local, mapa e localização de onde ocorreria o fato da chegada dos portugueses, primeira visão sobre os indígenas brasileiro e sujeito histórico que nesse caso foram os portugueses.

As figuras dos índios retratado por todo o capítulo I como pessoas que foram altamente exploradas, negligenciadas e prejudicadas por ter sua cultura, modo de vida e crenças usurpadas por aqueles que se diziam “colonizadores”, pois muitos problemas decorrentes da invasão dos portugueses no Brasil permaneceram e ao longo do capítulo pode-se constatar isso nas formas de exploração da terra e do povo indígena, como a invasão das terras, exploração do trabalho escravo e cultivo da terra, como também o poderoso

pau-brasil fonte de riquezas para os colonizadores, ou seja, “homem branco civilizado”. De um lado aparece a figura do bom selvagem, que é preciso que os protejamos algo exótico, de outro lado, o mal selvagem, o mal civilizado, visto como um empecilho para o progresso pode citar a exemplo das demarcações de terras indígenas.

Segundo Fernandes (1993: 15)

Em função de uma política de dominação veiculam-se imagens distorcidas sobre o índio. Não há interesse em se conhecer a realidade indígena, seus costumes, sua sabedoria, na medida em que esse conhecimento poderia colocar em cheque toda a “civilização” dos brancos.

Nos livros didáticos podemos perceber que as imagens veiculada por esses materiais a respeito dos povos indígenas, que ao nosso entendimento são responsáveis pela formação dos conceitos dos alunos. O livro didático a ser analisado mostra imagens de um índio estereotipado, que vive nu, no mato, em ocas sem nenhum contato com o meio tecnológico ou que já estão “contaminados” pela civilização e a “aculturação” é o seu caminho sem volta.

No livro é apresentado a Constituição Brasileira de 1988 como uma curiosidade. Apesar dos avanços dos direitos da população, a carta Magna apresenta lacunas, dos 10 capítulos de 250 artigos da Constituição cidadã, apenas dois são dedicados aos indígenas. Os artigos 231 e 232 da Constituição de 1988 são os únicos dedicados aos povos indígenas, de acordo com os textos desses artigos os indígenas tem reconhecido a sua organização social com costumes, línguas, crenças e tradições. Tem um porte sobre a riqueza dos solos dos rios e lagos nas terras em que habitam e garantia da defesa de seus direitos e interesses em juízo.

Segundo o documento, as terras tradicionais indígenas são de caráter permanente e inalienáveis, que os povos só podem ser retirados de suas terras em caso de catástrofes naturais ou epidemias, mas na prática não é bem assim. O que tem acontecido ultimamente é que grupos econômicos diretamente ligados ao agronegócio estão se apropriando indevidamente das terras indígenas.

No livro na parte “fazendo história” apresenta uma das principais lideranças no Brasil, Sônia Guajajara. Nascida em uma aldeia do povo Guajajara, no Maranhão, responsável por preservar a cultura indígena e perpetuar nas novas gerações.

Em relação as atividades de escrita e interpretação presentes no livro didático são mecânicas, apenas para transcrição de palavras ou texto, com questões que não fazem a problematização

da argumentação dos alunos. Alguns dos textos são lidos apenas para responder questões previamente elaboradas, não há preocupação em levar o aluno a refletir mais profundamente sobre o texto lido. Porém, temos algumas outras questões que trazem fragmentos dos direitos dos indígenas e faz indagações acerca do assunto para o aluno dar seu ponto de vista e se o mesmo acha que o direito do índio é respeitado.

As imagens no livro dão ênfase a cultura, exploração, modo de vida e retrata um indígena no período de “descobrimento” segundo a lógica europeia, então cabe ao educador proporcionar uma reflexão sobre essa questão apontando os diversos caminhos e seus possíveis significados a uma opinião, ou seja, partir do conhecimento prévio deles e ajudá-los a pensar a diferença entre elas, qual era papel dos indígenas em ambas e como é hoje, fazer essa diferença de tempo que ocorreu desde 1500 até os nossos dias atuais, contribuindo assim para a formação de um pensamento histórico. O livro didático e a desinformação dos professores (salvo exceções, evidentemente) são os veículos principais para que isso se reproduza no tempo. Fernandes 1993, p 143.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O livro didático continua sendo um aporte importante aos professores em sala de aula, recurso esse, que permeia o universo escolar. Em meio as diferentes abordagens teóricas e como o livro de história se apresenta mediante aos seus autores, editoras, construção da capa e conteúdo, essas múltiplas faces no mercado estudantil são consideradas uma mercadoria para quem a produz, a escola entra também como uma consumidora e esse objeto cultural de acesso dos alunos fica consolidado para uso dos educadores, como aporte para o ensino. Como afirma Bittencourt, 1996:

o livro didático deveria desempenhar o papel de homogeneizar o saber escolar, de reforçar os métodos de ensino baseados na memorização, em uma, escola concebida como transmissora dos conhecimentos das diferentes disciplinas. O livro didático deveria ser utilizado como instrumento de memorização, ocasionando a prática do ‘saber de cor...’ (BITTENCOURT, 1996, p.18)

O livro didático de História Juntos Nessa (2014) apresenta em seu primeiro capítulo a colonização portuguesa como um “marco” dos portugueses chegando em solo brasileiro retratando a sua visão europeia do “descobrimento”, a princípio, em coadjuvancia aparece os indígenas e como os mesmos são considerados aos olhos europeus, isso mostra uma visão atrasada que eles tinham sobre uma cultura que se quer conheciam, estranhamento e desprezo por um povo que

não fazia parte de seus costumes, quando partindo para a análise de imagens vimos que na chegada os indígenas parecem super inofensivos e “receptivo”, coisa que não aconteceu e é retratada pelo desenho, ao decorrer do capítulo vai mostrando a história indígena de maneira resumida, como por exemplo, seus costumes, modo de viver, organização econômica, e etc ,isso ocupa especificamente 2 páginas do livro entre imagens e textos, em decorrência a isso os autores dão ênfase as atividades que são divididas entre as tradicionais com perguntas e respostas retiradas com busca do conteúdo no próprio livro didático ou algumas questões que necessitam de pesquisa em outras fontes. É nessa parte que a atividade proposta se diverge, porque por mais que tenha essa ausência de questionamento na maioria das questões no livro existentes ao qual a reflexão mediante aos textos quase não existe, porém a um avanço em relação a pesquisa, pois os alunos não ficam somente presos a essa única fonte de informação sistematizada, podendo despertar seu lado mais curiosidade através da busca na internet, ou em outros livros sobre a temática, isso implica dizer que os novos saberes históricos ensinados em sala de aula pelos educadores podem ser reconstruídos por meio de debates com essas questões norteadoras, impulsionando assim uma aprendizagem significativa e mais real dos fatos .O autor Certeau (2008) comenta sobre isso:

(...) ainda que isso seja uma redundância é necessário lembrar que uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente. Com efeito, tanto uma quanto a outra se organizam em função de problemáticas impostas por uma situação (CERTEAU, 2008, p.34).

Desta forma as informações mais detalhas da história dos indígenas contidas no livro, como a Constituição de 1988 sobre a lei indígena mostra um avanço sobre o olhar sobre esse povo que mesmo sendo roubado culturalmente, resistiu e tem um suporte da lei em seu favor, e também dos movimentos descritos no Maranhão e seus representantes, é nesse momento que o conteúdo do livro didático mais se aproxima da realidade dos indígenas, através das suas lutas todos esses anos desde a chegada dos Portugueses, apresenta uma alternativas há mais no processo de ensino dos professores, pois é nessa informação que as discussões e indagações com os alunos podem iniciar fazendo com que o despertar do olhar crítico dos alunos comecem a partir de problemáticas, desconstruindo assim estereótipos antigos a respeito de um povo tão brasileiro como nós, são através destas propostas que incluem as estratégias que envolvem a produção dos livros didáticos de História mais “atualizadas”, porém isso precisa ser visto e entendido como ponto de partida para a mudança da história indígena, considerando um povo de direito como todos os outros, é preciso ir mais além, protagonistas de suas próprias histórias. Essas análises

de imagens é de suma importância pois através das mesmas que está carregado de simbologias e os seus conceitos e propósitos histórico nos livros didáticos que são expostos aos alunos, ligando toda a historicidade do passado ao nosso presente, percebendo que somente através de um olhar mais crítico do que se vê ou ler é possível fazer construções históricas mais realistas que fazem parte até hoje do nosso cotidiano. Costa (2005) afirma:

Dos encontros de Paulo Freire com os povos indígenas ele deixou claro que somente enquanto seres autônomos é que esses povos poderiam construir sua própria pedagogia, devendo entender autonomia como ação centrada na liberdade, em relação com o outro, em comunhão e não exploração. Ou seja, construir os conhecimentos indígenas, confrontando com o conhecimento não índio (COSTA,2005. p. 20)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do tempo os livros didáticos passaram por atualizações em sua apresentação visual, em geral ocorreram também com os livros didáticos de História, porém o que não mudou foi sua relevância em âmbito escolar, isso não quer dizer que os conteúdos também acompanharam essa mudança na mesma proporção, vemos isso com a temática indígena trabalhada em sala de aula. Atualmente se observa que este recurso didático ganhou algumas roupagens nas teorias, como também em sua metodologia. Essa versão analisada é uma resultante de um livro didático de História que conhecemos hoje, e que tenta apresentar uma visão sobre o indígena menos pragmática. Podemos compreender que antes da aparição do indígena como principal habitante do país o que está antecedido é a ilustração dos europeus, mesmo quando o assunto é somente a cultura indígena. O ensino de História, através da formação de conceitos, tem como principal referência a práxis, ou seja, os temas abordados e sua reação na construção da autonomia da criança. O diálogo pela inclusão das temáticas indígenas no currículo escolar da Educação Infantil, tanto no ensino público como no privado, vem abrindo novos olhares, mas também tem demonstrado o quanto ainda precisamos empenhar-se sobre esses temas para que recebam o tratamento adequado.

Nesse livro didático de História possui conteúdo de interesses de muitos sujeitos, com uma visão eurocêntrica dos fatos em sua grande maioria do primeiro capítulo analisado, o que retrata um atraso em sua discussão sobre a temática indígena em questão, o índio ainda é mostrado como um ser “sem cultura” no início da leitura como uma figura representada por um povo pintado, usa cocais e andam nus pela natureza, por fim esse povo ganha notoriedade através da Constituição de 1988 através de uma lei que garante seus direitos porém isso ainda não é suficiente para retratar essa condição que os mesmos

vivem e se essa lei realmente funciona, o que deixa deficitário é a ausência desta história e desse processo de luta contra a exploração sofrida, e talvez por isso seja alvo de tantas críticas na análise. Por outro lado, então, surge da intranquilidade e propõe pensar a identidade indígena à luz dos ensinamentos culturais. Desta forma se faz interessante acrescentar que o livro didático é um material que apoia os professores em sua aula, porém não é o único material de consulta e/ou pesquisa, mesmo com limitações encontradas na análise, existem avanços por tentativa de mostrar que os índios tem uma lei e que deve ser de conhecimento de todos, e que os movimentos perduram por todo esse tempo em busca de seus direitos, preservando sua cultura em totalidade, como também apresenta retrocessos em sua apresentação como o indígena vindo apenas no primeiro capítulo do livro, pouco texto e imagens não atualizadas de como o indígena está hoje em dia. A notoriedade que o do livro didático de História possui na prática é gigantesca e não pode ser deixada de lado, como um “sujeito” que deve ser sempre visto de forma crítica, analisando seus conteúdos, seja por meio de seus desenhos/ imagens, textos, quem são seus autores, sua formação, editoras e etc. O ponto central é que o livro sempre vai ser um elemento norteador para o ensino, e o seu uso depende da finalidade que o educador vai utilizar em suas práxis em sua sala de aula com seus alunos, realizando um trabalho de maneira consciente e mais clara possível desencadeando cidadãos críticos e participantes da história, em suma de toa análise percebe-se que há avanços relativos na apresentação indígena como a lei e os movimentos de resistência, porém ainda é limitado na sua forma de abordagem com lacunas nas informações.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Marta. Quantos eram? Quantos serão? In Povos Indígenas do Brasil, Disponível em Acesso em 02/05/2018.

BARROS, José D’Assunção. A Nova História Cultural: considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. Cadernos de História. – v. 12, n. 16, 1º sem. Belo Horizonte, MG: 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Práticas de leitura em livros didáticos. Revista da Faculdade de Educação, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 1-21, jan. 1996. ISSN 1806-9274.

BITTENCOURT; Circe Maria. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2011

CAMINHA, Pero Vaz. A carta de Pero Vaz de Caminha. Biblioteca Nacional: RJ, disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf, acesso em 03/08/2018, as 14:40.

CERTEAU, Michel de. Fazer História. In:_____ A escrita da História. Tradução de Maria de Lourdes Menezes 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. (p. 33-34).

CHIBA, Charles; MINORELLI, Caroline. Coleção Juntos Nessa. 1.ed. São Paulo: Editora Leya, 2014.

COSTA, Carlos Odilon da. Autonomia em Paulo Freire e a Educação Indígena. 2005. 135 f. Dissertação (Mestre) - Departamento de Centro de Ciências da Educação, Universidade Regional de Blumenau – Furb, Blumenau, 2005.

FERNANDES, Joana. O índio: esse nosso desconhecido. Cuiabá: EdUFMT, 1993.